


<b>PRIMEIRA-SECRETARIA</b>	
Documento recebido nesta Secretaria sem a indicação ou aparência de tratar-se de conteúdo de caráter sigiloso, nos termos do Decreto n. 7.845, de 14/11/2012, do Poder Executivo.	
Em 31.10.19	às 16h31
 Servidor	883117 Ponto
 Portador	

OFÍCIO Nº 2620/2019/AESINT/GM

Brasília, 29 de outubro de 2019.

A Sua Excelência a Senhora  
Deputada **Soraya Santos**  
Primeira-Secretária da Câmara dos Deputados

Assunto: **Requerimento de Informação nº 983/2019, de autoria do Deputado Jesus Sérgio.**

Senhora Primeira-Secretária,

1. Em atenção ao Ofício 1ª Sec/RI/E/nº 698/19, de 21 de agosto de 2019, que encaminha cópia do Requerimento de Informação nº 983/2019, de autoria do Deputado Jesus Sérgio (PDT/AC), datado de 5 de agosto de 2019, o qual solicita informações sobre a privatização dos tramos central e sul da Ferrovia Norte-Sul, prestamos, considerando o processo 50000.043593/20019-95, as seguintes informações.

2. Inicialmente, esclarecemos que a EF-151, Ferrovia Norte-Sul, não fora privatizada e sim subconcedida em duas estradas de ferro. Segundo a Lei nº 11.297, de 9 de maio de 2006, a construção, uso e gozo dessa ferrovia foram atribuídos à empresa pública federal VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.. Em 20 de dezembro de 2007, o tramo da EF-151 entre Açailândia e Palmas fora subconcedido à subconcessionária Ferrovia Norte Sul S.A. Recentemente, em 31 de julho de 2019, o tramo da EF-151 entre Porto Nacional e Estrela d'Oeste fora subconcedido à subconcessionária Rumo Malha Central S.A. Ambas as ferrovias continuam de titularidade pública, ainda que sob administração privada. Os subconcessionários, ao assumirem o ativo, após os leilões, **não** passam a ser os proprietários dos bens. Ao contrário, os ativos da subconcessão são bens reversíveis que serão devolvidos ao Estado ao termo dos contratos. A subconcessão não muda a natureza jurídica dos ativos.

3. Os valores de R\$ 10,7 bilhões investidos pelo Governo Federal na construção da ferrovia EF-151 não se confundem, portanto, com uma perda de capital



do Estado ao mercado em razão da subconcessão. Ao contrário, a titularidade daqueles ativos é estatal, ainda que, momentaneamente, estejam sob administração privada.

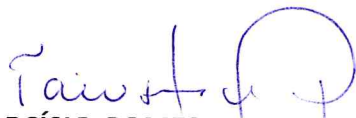
4. No caso do leilão da Ferrovia Norte-Sul realizado em março, a vencedora do certame, a empresa Rumo Malha Central S.A., venceu com um lance de R\$ 2,7 bilhões, o que representa um ágio de 100,92%, sobre o valor mínimo de outorga de R\$ 1,3 bilhão, calculado pela Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT). A União, além de receber esse valor da outorga, será beneficiada pelos investimentos nos ativos reversíveis da EF-151 na ordem de R\$ 2,3 bilhões ao longo dos próximos 30 anos de exploração da ferrovia.

5. O desembolso da Rumo Malha Central S.A. em favor do governo federal se dá mediante o pagamento de 5 % (cinco por cento) do lance antes da assinatura do contrato, o que já ocorreu, e o restante, em 120 parcelas trimestrais.

6. Em 2019, não mais houve a necessidade de se aportar recursos federais diretamente na Ferrovia Norte Sul, justamente em razão da iminente subconcessão do tramo entre Palmas e Estrela D'Oeste havido em março.

7. Finalmente, deixamos de manifestar-nos sobre eventuais empréstimos havidos em bancos públicos, uma vez que se trata de matéria de competência do Ministério da Economia.

Atenciosamente,

  
**TARCÍSIO GOMES DE FREITAS**  
Ministro de Estado da Infraestrutura